



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Mesa coordenada Formação e trabalho profissional: desdobramentos para o ensino dos fundamentos do trabalho profissional.

TRABALHO DOCENTE DO ASSISTENTE SOCIAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: TENDÊNCIAS E DESAFIOS ATUAIS

JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE¹

Resumo: Ao tratar da educação superior, dificilmente atentamos para o trabalho docente como um dos eixos em que incidem as determinações do capitalismo contemporâneo. Assim, temos como objetivo problematizar a precarização e intensificação do trabalho docente do assistente social, bem como suas repercussões, diante do processo de contrarreforma da educação superior. Como resultado de pesquisa de doutorado, abordaremos: reflexões sobre os desafios atuais para a educação superior; processo combinado de precarização e intensificação do trabalho docente dos assistentes sociais nas IES federais; e algumas repercussões mais expressivas deste processo para a vida cotidiana dos docentes e para as relações acadêmicas.

Palavras chaves: Educação Superior; Trabalho Docente; Serviço Social.

Abstract: When we talk about upper education, we hardly pay attention to the teaching work how one of the axis that is affected by the determinations of the contemporaneous capitalism. So, we have the objective of exposing of precarization and intensification of the social work's teaching work, also its repercussions, in front of the counter reform process of the upper education. How the result of a doctorate research, we are going to talk about: reflections about the actual challenges to the upper education; combined process of precarization and intensification of the social workers' teaching work in the federal IES; and some more significant repercussions of this process to the day by day of the teachers life and to the academic relations.

Keywords: Upper Education; Teaching Work; Social Work.

1 INTRODUÇÃO

De modo geral, quando tratamos sobre a política de educação superior, dificilmente atentamos para o trabalho docente contemporâneo como um dos eixos importantes sob os quais também incidem as determinações do padrão atual de acumulação capitalista.

É neste sentido que se localiza o **objetivo** deste texto: problematizar o processo combinado de precarização e intensificação do trabalho docente do/a assistente social, bem como suas repercussões atuais, diante do processo de contrarreforma da educação superior.

¹Professora com formação em Serviço Social. Universidade de Brasília. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

Tem-se como pressuposto que o trabalho docente e suas contradições atuais só podem ser apreendidos a partir: a) do conjunto de determinações que incidem sob o trabalho contemporâneo em sua totalidade, incidindo também sob o coletivo docente, em todas as áreas do conhecimento e também sobre os docentes assistentes sociais, reconhecendo estes como trabalhadores e trabalhadoras; e b) do movimento histórico de retrocessos, em especial na política de educação superior de continuidades e novidades, sob o contexto atual de reorganização capitalista.

A partir da perspectiva teórico metodológica de abordagem crítico dialética e como expressão de parte da pesquisa de campo² realizada para elaboração de tese de doutorado³ (UFRJ, 2017), foram aplicados, no 2º semestre de 2015, 52 questionários *on line* (78 questões⁴) com docentes assistentes sociais, inseridas/os em 09 universidades federais localizadas nas regionais nordeste e leste da ABEPSS, a fim de elucidar o cotidiano docente e novo *ethos* acadêmico para o Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior (IES) Federais.

Diante do exposto e dos limites deste texto, traremos alguns resultados desta pesquisa a partir de três aspectos centrais que se relacionam: reflexões sobre os desafios atuais para política de educação superior; o processo combinado de precarização e intensificação do trabalho docente dos/as assistentes sociais nas IES federais; algumas repercussões mais expressivas deste processo para a saúde e a vida familiar dos/as docentes, bem como para o cotidiano das relações acadêmicas.

2 DESAFIOS ATUAIS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

² Nosso percurso investigativo efetuou-se a partir de três frentes autoimplicadas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, esta última realizada em duas fases, aplicação de questionário com docentes e entrevistas realizadas com dirigentes das entidades organizativas como ABEPSS, CFESS/CRESS e ANDES.

³ Na fase de preparação para a pesquisa de campo nosso projeto de pesquisa de tese foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ, conforme exigências do Conselho Nacional de Saúde (resolução CNS 466/2012), sendo emitido, pelo referido CEP, parecer consubstanciado favorável em 08 de abril de 2015.

⁴ Nos questionários foram abordados os seguintes aspectos: condições do trabalho docente, demandas e respostas postas na atualidade, saúde do/a trabalhador/a docente, relações com a vida familiar e no ambiente de trabalho e estratégias de resistência.

A Política de Educação Superior vem sofrendo largos ataques, inserida no processo mais amplo de contrarreforma do Estado brasileiro, na direção da privatização generalizada e do desmonte da universidade pública, com graves desdobramentos para a formação profissional em sua totalidade, incluindo aqui o trabalho docente dos/as assistentes sociais.

Na verdade, a educação vem se posicionando como política estratégica no processo de reordenamento capitalista, na qual a dinâmica reestruturação produtiva e transformações na órbita do trabalho vêm alterando substantivamente a lógica e o sentido da produção e da socialização do conhecimento, bem como vem exigindo um novo perfil de estudante (futuro trabalhador), o que também vem alterando o perfil e as exigências para o trabalhador/a docente (DUARTE, 2017). Este movimento “vem criando uma nova relação entre ciência e trabalho, pela via do emprego diretamente produtivo da ciência e da tecnologia em grau mais aprofundado” (NEVES; FERNANDES, 2002, p.21).

Neste processo de contrarreforma educacional⁵ é importante também destacar a localização atual da universidade no setor de prestação de serviços, a partir da lógica da educação como “serviço *não exclusivo do Estado*”, o que confere um sentido bastante específico à autonomia universitária, bem como introduz termos como qualidade universitária, avaliação universitária e flexibilização da universidade.

O que significa dizer que para atender ao padrão atual de acumulação é necessário um determinado modelo de universidade: flexível e com foco na produtividade (em termos empresariais), nos moldes da reestruturação produtiva. Chauí (1999) vai considerar um processo de transformação da universidade em “*universidade operacional*” (CHAUI, 1999), ou seja, uma universidade apta a receber subsídio público e privado para a execução do seu objetivo fundamental: “formar intelectuais de novo tipo, sintonizados com a cultura empresarial contemporânea” (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 29).

⁵ Lima (2007) ressalta o termo contrarreforma da educação superior, uma vez que as profundas alterações que estão em curso na política educacional brasileira, em tempos neoliberais, ao contrário de reformas que alteram substantivamente as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras (ainda que nos limites do capitalismo), destroem direitos e submetem a educação ao patamar de serviço comercializável (e bastante lucrativo), como novo nicho de exploração do capital em crise.

Trazendo o debate para o trabalho docente, é relevante considerar que a formação profissional também se constitui como espaço de trabalho do/a assistente social que recebe impacto dessa conjuntura, mas que, ao mesmo tempo, responde e resiste a ela e, sobretudo, vem se ampliando na última década, ainda que de maneira precarizada e em condições distintas, tanto nas IES privadas como nas públicas (considerando suas particularidades).

Nesta direção, o Censo da Educação Superior 2013 (BRASIL, 2015) aponta um crescimento das funções docentes (ainda que de forma insuficiente), absorvendo mais assistentes sociais na função docente, sendo registrado um total de 383.683 funções docentes (destes 367.282 em exercício), tanto no ensino privado, contando com 212.063, o que corresponde a 57,7% (majoritariamente localizados em faculdades: 111.028); quanto no público, com 155.219, correspondente a 42,3% (predomínio das universidades, com 129.854).

Logo, os sujeitos docentes (e também os docentes assistentes sociais) vêm experimentando, como trabalhadores, um leque ampliado de alterações no cotidiano da vida acadêmica, tanto na graduação como na pós-graduação, a partir de um processo combinado de intensificação e precarização⁶ do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior. Para elucidar este processo, a seguir abordaremos alguns aspectos da nossa pesquisa realizada com 52 docentes assistentes sociais, inseridos/as nas IES federais selecionadas.

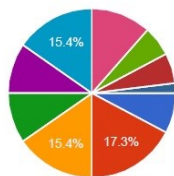
3 O TRABALHO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: COMBINAÇÃO ENTRE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Considerando um breve perfil dos sujeitos de pesquisa, dos 52 questionários recebidos, 48 (92,3%) corresponderam a docentes do **sexo** feminino, com **idades** que se concentravam entre 41 e 50 anos, contando com

⁶ Diante das limitações deste texto, não será possível problematizar teórico-metodologicamente tais categorias que se encontram fundamentadas a partir do debate sobre o trabalho como categoria fundante, bem como suas metamorfoses nas relações e condições de trabalho, vinculadas à luta de classes contemporânea. No entanto, registramos que, segundo Dal Rosso (2008), o termo intensificação do trabalho se refere aos processos de quaisquer naturezas que “resultam em um *maior dispêndio* das capacidades físicas, cognitivas e emotivas, do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os seus resultados. [...] gerando (o que ele chama de) *mais trabalho*” (idem, p. 23).

18 profissionais, e entre 51 e 60 anos, contando com 13 docentes, **localizados nas seguintes IES federais:**

3. Em qual universidade federal você está inserido(a)?



UFAL	4	7.7%
UFES	9	17.3%
UFJF	8	15.4%
UFF	5	9.6%
UFPB	5	9.6%
UFPE	8	15.4%
UFRJ	6	11.5%
UFRN	3	5.8%
UFS	3	5.8%
Não quero responder	1	1.9%

Gráfico 1 – Inserção Profissional nas Universidades Federais pesquisadas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta tese de doutorado – Fonte Primária

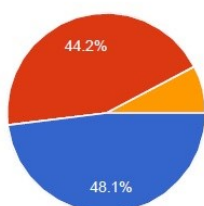
Em relação à **titulação atual**, destacaram-se 29 docentes como doutores, seguidos por 10 pós-doutores, bem como 6 docentes em processo de doutoramento. Majoritariamente os/as docentes estavam inseridos **tanto na graduação como na pós-graduação** em Serviço Social ou área afim (Política Social, Política Pública, etc.), correspondendo a 33 professores (63,5%); atuando somente na graduação em Serviço Social destacaram-se 19 docentes (36,5%).

Cabe ressaltar que a inserção dos/das docentes (todos/as em regime de trabalho de dedicação exclusiva), tanto na graduação como na pós-graduação, é um dos elementos que revela a articulação e o acúmulo de atividades, demandas e responsabilidades de diversas naturezas (acadêmicas e administrativas), adicionadas a múltiplas habilidades e competências, requerendo a constituição de um perfil polivalente para a docência. Quando perguntados sobre a **quantidade de horas trabalhadas por dia**, 30 entrevistados anunciaram entre 9 a 12 horas de trabalho diárias, seguidos de 14 docentes que afirmaram trabalhar de 5 a 8 horas e 8 docentes responderem que trabalhavam mais de 12 horas por dia: dados bastante expressivos sobre o cotidiano do trabalho docente.

No que se refere à jornada de trabalho, destacamos dois aspectos importantes, principalmente relativos a um **tempo de trabalho** considerado “invisível”/ não contabilizado no cotidiano dos/as professores/as:

- a) Trabalho *fora do expediente regular* da universidade: 25 docentes afirmaram trabalhar “sempre” fora do horário e 23 professores relataram trabalhar “frequentemente” em horários distintos do funcionamento da universidade, sendo que apenas 4 disseram trabalhar “algumas vezes” fora do expediente. Mais alarmante: ninguém afirmou não trabalhar fora do horário regular; e

12. Costuma trabalhar fora do horário do expediente?



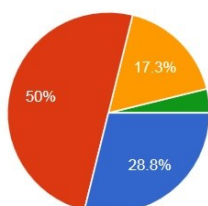
Sempre	25	48.1%
Frequentemente	23	44.2%
Algumas vezes	4	7.7%
Raramente	0	0%
Não	0	0%

Gráfico 2 – Trabalho fora do expediente

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta tese de doutorado –
Fonte Primária

- b) Trabalho *nos finais de semana* como rotina: 26 docentes (metade dos entrevistados) afirmaram “frequentemente” trabalhar neste período, 15 destacaram “sempre” e 9 docentes declararam “algumas vezes” trabalhar aos sábados e domingos. Aqui também ninguém afirmou não trabalhar no final de semana.

13. Costuma trabalhar nos finais de semana?



Sempre	15	28.8%
Frequentemente	26	50%
Algumas vezes	9	17.3%
Raramente	2	3.8%
Não	0	0%

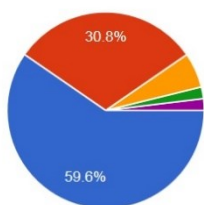
Gráfico 3 – Trabalho nos finais de semana

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta tese de doutorado –
Fonte Primária

Inclusive a maioria dos docentes consegue **identificar que trabalha demais** e que, ainda assim, *o tempo de trabalho é insuficiente* para dar conta

de todas as suas atividades e atribuições acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão, gestão institucional): 31 afirmaram que isto “sempre” ocorre e 16 declararam “frequentemente” não conseguirem cumprir com todas as demandas cotidianas da prática docente. Logo, **mais que 90% dos/as entrevistados/as revelaram conviver com a “sensação de angústia”** por não conseguirem cumprir com todas as atividades e exigências do trabalho docente, gerando conseqüente sofrimento por parte destes/as professores/as. Há ainda uma tendência de naturalização do excesso de trabalho, aliado a uma falsa ideia de se constituir como algo incontestável/insuperável.

14. Com que frequência você tem tido a impressão que tem trabalhado demais e que o tempo não é suficiente para cumprir com todas as demandas cotidianas do exercício docente (ensino, pesquisa, extensão e administração)?



Sempre	31	59,6%
Frequentemente	16	30,8%
Algumas vezes	3	5,8%
Raramente	1	1,9%
Nunca	1	1,9%

Gráfico 4 – Percepção do Tempo de Trabalho

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta tese de doutorado –
Fonte Primária

Quando perguntados/as com que frequência resolviam por email assuntos relativos ao trabalho na universidade (orientação de alunos, questões de gestão, comunicação com supervisores de campo de estágio e outros docentes, etc.): 27 docentes responderam que resolviam “frequentemente”, entre 2 a 4 vezes por dia; e 18 docentes informaram resolver tais assuntos por email “sempre”, mais de 10 vezes por dia. O **uso da chamada tecnologia da informação** (email, celular, redes sociais em geral, *whatsapp*, etc.) aparece como mecanismo de intensificação do trabalho docente, particularmente nos momentos durante e fora do expediente regular na universidade, em especial nos finais de semana.

A **pressão por prazos e metas**, vinculada à lógica produtivista, aparece como um dos elementos que explicam o processo de intensificação do trabalho docente: 29 docentes afirmaram “sempre” se sentirem pressionados por prazos

e metas a cumprir no cotidiano de trabalho; seguidos de 17 que ressaltaram “frequentemente” estarem pressionados; enquanto apenas 5 docentes declararam que “algumas vezes” sentiam tal pressão.

A relação entre o tempo de trabalho e o volume de demandas da carreira docente fica evidente quando na Questão 47, aberta, os docentes articulam sua **rotina de trabalho ao tempo de preparação das atividades do ensino** (graduação e pós-graduação): 48 docentes entrevistados/as (92%) afirmaram que a preparação e, conseqüentemente, a qualidade das aulas ministradas é comprometida pelo volume e intensidade de trabalho da rotina docente.

Como ressalta Mancebo (2011, p. 35), o/a docente submetido/a a “novos parâmetros para a exploração de sua força de trabalho” é constrangido à pressa e ao acúmulo diário de tarefas, revelando menos tempo destinado à reflexão, à descoberta, à produção de conhecimento e à ciência, podendo, no limite, interferir na totalidade do processo de formação profissional dos futuros assistentes sociais, conforme identificamos no depoimento em destaque:

Há inúmeras tarefas. Além da docência, acumulo o cargo de coordenadora de curso e de estágio, há um ano, porque não tem ninguém para assumir comigo. Estou na coordenação de curso há cinco anos e para não ‘parar’ minha trajetória acadêmica, sempre trabalhei mais do que 40 horas, dedicando-me à gestão e ainda produzindo no âmbito do ensino e pesquisa (Questão 47 – Depoimento 46).

As atividades voltadas para a gestão institucional somente agravam a questão, como relatado pelos/as entrevistados/as:

Sou compelida a atender demandas da coordenação de curso (rotinas burocráticas, reuniões, atendimento a alunos, etc.) que interferem, em alguns momentos, na minha maior dedicação às aulas [...] (Questão 47 – Depoimento 43).

Às vezes as demais atividades (gestão/ administrativas/ burocráticas) demandam muito tempo e sobra menos tempo para a pesquisa e preparação das aulas, além da falta de energia física para dar conta de todas as requisições que o trabalho nos coloca (Questão 47 – Depoimento 11).

Portanto, o trabalho do docente contemporâneo vem se constituindo de forma mais intensificada, culminando com a constituição de um **perfil polivalente para a docência**, inteiramente adequado às necessidades de reorganização capitalista, com maior exploração do trabalho.

Nesta perspectiva, o trabalho docente vem se constituindo de forma mais intensificada e precária, com ritmo e velocidade mais densos, nos quais: 1) a cobrança por resultados é cada vez mais robusta; 2) o produto vem sendo mais valorizado que o processo, prestigiando o quantitativo em detrimento do qualitativo na produção do conhecimento; e 3) há uma ampliação não só do ritmo e do volume de trabalho, mas também da dinâmica de competitividade, individualismo e disputas (características inerentes à sociedade burguesa) entre os docentes nas unidades acadêmicas, inseridos em uma universidade já fragilizada pelas precárias condições objetivas de trabalho.

Tal dinâmica tem acarretado **repercussões** na saúde do trabalhador/a professor/a, na vida em família, nas relações sociais em geral, na dinâmica coletiva de trabalho, bem como no cotidiano geral da formação profissional.

4 REPERCUSSÕES NA SAÚDE E NA VIDA DOS/AS DOCENTES

No que se refere às repercussões no campo da saúde, o **limite físico e o esgotamento mental** foram bastante ressaltados na pesquisa com os/as professores/as, uma vez que a rotina de trabalho docente vem conduzindo-os à exaustão, como afirmaram em seus depoimentos: “Uma rotina muito *extenuante* diminui a possibilidade de dar aulas de melhor qualidade” (Questão 47 – Depoimento 33). “Estou *exausta!* A multiplicidade de demandas é *insana!*” (Questão 47 – Depoimento 49);

Na verdade, o processo combinado de intensificação e precarização do trabalho docente além de sobrecarregar os docentes, gera angústia, incerteza, sofrimento, ou seja, acarreta danos à saúde física e mental dos professores, além de ocasionar dificuldades nas relações entre seus pares. Vejamos os depoimentos a seguir:

A rotina intensa, gerando *exigências impossíveis* de serem cumpridas na plenitude, obviamente incide

negativamente na qualidade da aula. Por enquanto, temos conseguido, mas não sem danos à saúde e à vida fora do trabalho” (Questão 47 – Depoimento 35, grifos nossos).

As relações de trabalho conflituosas e competitivas e a precarização do processo de trabalho e dos espaços de trabalho interferem diretamente na saúde do trabalhador e na qualidade do trabalho, inclusive, na questão da motivação e satisfação (Questão 47, Depoimento 24).

Quanto ao tempo destinado ao **lazer**, com ou sem a família: 19 docentes afirmaram investir em torno de 2 a 5 horas por semana; 12 docentes relataram destinar entre 6 a 8 horas semanais; e 8 docentes atestaram destinar menos de 2 horas por semana para tal fim. No que se refere ao tempo destinado à **família** (cuidados e atividades gerais): 23 docentes afirmaram destinar entre 2 e 5 horas semanais; e 15 docentes relataram utilizar *menos que 2 horas*. O **cuidado consigo próprio** (atividades físicas e/ou cuidados médicos) segue o mesmo padrão: 29 docentes relataram destinar entre 2 e 5 horas por semana e 19 docentes (36,5%) afirmaram destinar menos que 2 horas semanais, o que não oferece condições mínimas para a prática de uma atividade física (pilates, musculação, natação, corrida, etc.) e/ou de saúde (consulta médica ou com dentista, realização de fisioterapia, psicoterapia, etc.) com regularidade.

Há, na verdade, uma “crescente *indissociação* entre o tempo e espaço pessoais e familiares e o tempo e espaço de trabalho” (SGUISSARDI; SILVA Jr., 2009, p. 235). A invasão das tarefas do cotidiano universitário no espaço das residências é um fato implícito que afeta a vida familiar e pessoal dos docentes: o tempo de trabalho e o tempo pessoal/familiar se torna algo limitado por uma linha muito tênue, praticamente imperceptível que se torna naturalizada, quando percebida. Como alertam Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 233, grifo nosso): “a vida pessoal e familiar tem se tornado *refém* da prática universitária ou da vida acadêmico-científica”.

Este processo vem também repercutindo diretamente na **saúde do/a trabalhador/a** docente. Quando questionados sobre sua saúde nos últimos 5 anos, 13 entrevistados/as relataram que já tiveram algum afastamento do

trabalho por motivo de saúde, referentes a vários motivos, comprovando o deslocamento do perfil das doenças do público docente do magistério superior.

As principais questões de saúde levantadas na pesquisa foram: problemas cardíacos, pressão alta, gastrite, transtornos associados ao estresse (voltados para questões psicológicas), sintomas de ansiedade e também problemas na voz. Chama a atenção um/a docente que declarou afastamento nos últimos 5 anos por vários motivos articulados: problemas cardíacos, pressão alta, transtornos associados ao estresse (voltados para questões psicológicas) e sintomas de ansiedade. Outro docente em depoimento afirma ter sofrido “problemas na voz, resfriados sucessivos associados à baixa imunidade” (Q. 23.1. – Depoimento 35), o que pode sugerir vínculo com o trabalho realizado na universidade.

Em relação à frequência em que os/as entrevistados/as adoeceram nos últimos 5 anos destaca-se a resposta “semestralmente” por parte de 18 docentes, o que evidencia articulação direta com o acúmulo de atividades e a intensificação do trabalho ao final de cada semestre letivo em suas unidades acadêmicas. Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 45) problematizam que “o adoecer significa ser *estimizado*. [...] principalmente se for de fundo nervoso ou mental, pela representação institucional de professor improdutivo que a acompanha”. Então, o adoecimento é encarado como fracasso pessoal, o que só agrava e complexifica a situação pessoal do professor.

O ritmo intensificado de trabalho também produz e reproduz um clima de competitividade entre toda a comunidade acadêmica (docentes vinculados à graduação e à pós-graduação) que termina por *romper com o tecido de solidariedade* antes presente entre os trabalhadores docentes, culminando em **tensões diárias** nas unidades acadêmicas que **afetam as relações** que se estabelecem entre docentes, discentes e técnicos-administrativos.

Na pesquisa de campo com os/as docentes, quando questionados/as sobre como se estabelecem as relações entre os colegas professores, 41 entrevistados/as marcaram a opção: “às vezes são satisfatórias, com *relações veladas de disputas*, mas com mínimas condições de solidariedade”. Em proporção bem menor, entretanto bastante significativa e preocupante do ponto de vista qualitativo, correspondendo a 6 docentes, apontaram que “*raramente*

as relações são satisfatórias, pois são competitivas, com ambiente de trabalho **agressivo e de intensas disputas**". Logo, tais respostas endossam o debate sobre a relação estabelecida entre o processo de intensificação do trabalho, acentuado pelas alterações presentes no âmbito da universidade, e as dificuldades de relacionamento entre os docentes e seus pares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com docentes das IES federais selecionadas traduz, de diferentes formas, o contexto de "formação de uma nova sociabilidade do ser humano ou sociabilidade produtiva, que requer mudanças profundas nas instituições educativas e no trabalho do professor" (SGUISSARDI; SILVA Jr., 2009, p. 157). O que acaba por produzir o "*professor dotado de uma sociabilidade produtiva*" (idem, p. 47), ou seja, de uma nova forma de ser do professor-pesquisador que, de acordo com as formas atualizadas de exploração em tempos de mundialização e reorganização capitalista, conduz o docente ao trabalho exaustivo, submetendo-o aos novos modos de controle e valorização do capital, no sentido de "[...] fazer caminhar a 'nova universidade, sem saberem bem para onde ela caminha'" (idem, p. 45).

É a intensificação por acumulação de tarefas, aliada à polivalência que se constitui como a capacidade de realizar diversos serviços ao mesmo tempo, o que "significa essencialmente realizar mais trabalho dentro da mesma duração da jornada. É, pois, *produzir mais trabalho e mais valor* no mesmo período de tempo" (DAL ROSSO, 2008, p.123), intensificando o processo de exploração do trabalhador docente.

Em tempos de tantas dificuldades impostas à educação superior e ao trabalho docente em geral no século XXI, novos desafios e inflexões se (im)põem para a direção social da profissão de Serviço Social e à formação profissional crítica no Brasil. Isto porque o projeto de formação profissional crítico brasileiro, fundado nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996, exige um espaço de formação distinto da "universidade nos moldes operacionais" (CHAUÍ, 1999), que de fato forme profissionais qualificados, com direção crítica.

Assim, ratificamos que é urgente reafirmar processos que sejam capazes de produzir e reproduzir resistência por meio de ações combativas na direção de um outro projeto de educação (e também de sociedade), em defesa da qualidade da formação, na perspectiva do enfrentamento do “empobrecimento cultural imposto às classes trabalhadoras” (AMARAL, 2012, p. 236), diante das mudanças regressivas direcionadas para a educação superior e o trabalho docente.

Por isso, é preciso nos colocar em **movimento permanente, robustecer lutas e resistências**, articuladas à dinâmica da classe trabalhadora, dispondo o Projeto Ético- Político Profissional do Serviço Social a serviço dessa luta mais ampla e assumindo nosso papel de estudantes, profissionais de Serviço Social e educadores críticos na direção de uma educação superior qualificada e emancipatória.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. A Política Nacional de Pós-Graduação e suas relações com o Serviço Social. **Katalysis**, Florianópolis, v.15, n. 2, p. 230-238, 2012.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2013**. Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2015.

CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. **Folha Online**, Brasil 500 d.C. São Paulo, mai. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_3.htm>. Acesso em: 15/04/2016.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DUARTE, J. L.N. **Trabalho Docente do Assistente Social nas Federais:** contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico. 2017. 467 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, K. **Contra-reforma na Educação Superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

MANCIBO, D. Intensidade do trabalho docente: um debate necessário. In: CATANI, A. M.; JÚNIOR, J. R. S.; MENEGHEL, S. M. (Orgs.). **A cultura da universidade pública brasileira:** mercantilização do conhecimento e certificação em massa. São Paulo: Xamã, 2011. p. 29-40.

NEVES, L. M. W.; FERNANDES, R. R. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, L. M. (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002. p. 21-40.

SGUISSARDI, V.; SILVA Jr., J. R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.